



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

PROJETO BÁSICO - TRF6-SEFAS

I - IDENTIFICAÇÃO

Projeto

Curso *on line*: "Curso sobre a Portaria MTP nº 1.467/2022 e sua repercussão na área de aposentadorias e pensões - A Nova Previdência - EC 103/2019 - Atualizado com a PT/ME nº 10.360/2022"

Órgãos solicitantes

Tribunal Regional Federal da 6ª Região - CNPJ: 47.784.477/0001-79

Empresa

Hexagon Assessoria e Consultoria em Gestão Administrativa e Tecnologia da Informação Ltda

CNPJ: 07.305.943/0001-71

Data

21 a 24/08/2023

Carga Horária

16 horas

Local de Realização

Plataforma virtual da empresa

Total de participações

14 servidores lotados no TRF6:

1	Alexandre Márcio Dutra Rotheia	TR 292	NUAGP
2	Cristiano Amaro	TR216	NUAGP
3	Marília do Sagrado Coração Aarão Rocha	TR60	NUAGP
4	Natália Areta de Almeida	TR 371	NUAGP
5	Simone Fialho Teixeira Abreu	TR101	NUAGP
6	Flávia Maria Novais Guedes	mg139803	ASMAG
7	Sônia Maria Cysne Frota Adjafre	mg154203	ASMAG
8	Helena Mara Nonato Souza	mg1011519	SEPAG
9	Luiz Carlos Viana Martins	mg1011673	SEPAG
10	Rogério Rosemarcos Ferraz	tr462	SEPAG
11	Elisângela Aida Silva	mg91503	NULEP
12	Helisiane Borges de Pádua Andrade	mg1010210	NULEP
13	Mariana de Freitas Gomes	mg1010435	NULEP
14	Renata Antunes Rizzo Magalhães	mg1011661	NULEP

Modalidade

EAD síncrono

Instrutor

José Afonso Pires Ferreira Júnior - Servidor do TRF/1ª Região

II - FREQUÊNCIA PARA CERTIFICAÇÃO

O certificado com 16 horas será disponibilizado de acordo com a frequência exigida pela empresa promotora. Trata-se de curso cuja área de interesse é o Direito e que atende aos servidores que atuam na área de Recursos Humanos, Pagamento, Controle Interno, Auditoria e Assessoria Jurídica, técnicos de recursos humanos, assessores, etc.. Por isso, a carga horária será registrada nos assentamentos funcionais dos servidores participantes e poderá ser utilizada para fins de Adicional de Qualificação.

III - JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a implantação do TRF6, a renovação da equipe da Sepag e demais setores administrativos, bem como a complexidade das novas regras trazidas pela EC 103/2019, se faz premente a necessidade de capacitação e atualização dos servidores que atuam na área de Recursos Humanos, Pagamento, Controle Interno, Auditoria e Assessoria Jurídica, técnicos de recursos humanos e assessores.

Este treinamento proporcionará o conhecimento dos institutos que se revelam indispensáveis à concessão e manutenção de benefícios sociais inerentes aos servidores públicos, em especial o cálculo dos proventos e pensões.

IV - OBJETIVO DA CAPACITAÇÃO

Atualizar, capacitar e gerar conhecimentos relativos à atuação dos servidores que trabalham diretamente e/ou indiretamente com assuntos relacionados aos benefícios sociais inerentes aos servidores públicos, em especial o cálculo dos proventos e pensões.

Habilitar os referidos servidores para instruírem o processo à luz da EC 103/2019 – Atualizado com a PT/ME nº 10.360/2022" e demais normas aplicáveis, relativas ao tema proposto.

V - METODOLOGIA

Aula expositiva-participativa em vídeo conferência.

VI - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/ESCOPO DO PROJETO

Conforme Proposta id. 0365082

VII - PARTES INTERESSADAS/RESPONSABILIDADES

ASJUD:

- Análise jurídica da contratação entre o TRF6 e a empresa;

SECOF:

- Contratação e pagamento das inscrições;

SECGP:

- Aprovação do projeto;

SEFAS/SUDAS:

- Planejamento, execução e controle do projeto.

VIII - PLANO DE COMUNICAÇÃO

A Sefas intermediará os servidores participantes e a empresa até a data do Curso.

IX - PROPOSTA AVALIATIVA

Será disponibilizada aos inscritos a avaliação de reação do curso e de desempenho do

instrutor ao final para preenchimento, onde serão registradas as observações quanto ao planejamento e organização do evento, conteúdo, material didático e aplicabilidade.

X - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Disponibilizar 14 vagas para os servidores do TRF6.
2. Disponibilizar material didático exclusivo;
3. Material de apoio (*slides* e textos);
4. Gerenciar os recursos humanos necessários para o desenvolvimento dos eventos;
5. Disponibilizar certificado para os participantes;
6. Arcar com todas as despesas relacionadas ao palestrante e equipe de apoio;
7. Observar as recomendações quanto ao atendimento da LGPD com relação aos dados pessoais das servidoras que participarão do evento, nos termos do item XII deste Projeto.

XI - SANÇÕES CONTRATUAIS

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades:

1) advertência;

2) multa de:

1. **0,33%** (trinta e três centésimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, em razão do atraso injustificado na execução dos serviços objeto do contrato, ou para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos;
2. **7,5%** sobre o valor inadimplido da contratação, por inexecução parcial, no caso de não cumprimento, suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
3. **10%** sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

3) suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região pelo prazo de até 02 (dois) anos.

4) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a execução total ou parcial do Contrato, deverá apresentar justificativa por escrito, nos termos previstos nos incisos II e V, do Parágrafo Primeiro do art. 57 da Lei nº 8.666/93, até o vencimento destes, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

Vencido(s) o(s) prazo(s) citado(s) no parágrafo anterior, e não sendo apresentada a justificativa, considerar-se-á a recusa, sendo aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas no caput desta Cláusula, cumulativamente ou não.

O valor da multa eventualmente aplicada será notificado à CONTRATADA e será descontado do próximo pagamento devido pela CONTRATANTE ou, caso a CONTRATADA não possua crédito a receber, terá este o prazo de 5 (cinco) dias úteis,

após a notificação, para efetuar o recolhimento da multa por meio de G.R.U (Guia de recolhimento da União), sob pena de cobrança judicial.

As sanções previstas nos itens “1”, “3” e “4” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa, sem prejuízo das demais cominações legais.

XII - PROTEÇÃO DOS DADOS DOS INSCRITOS

1 - Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais dos servidores inscritos no curso e a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

2 - A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

2.1 - Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

3 - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

3.1 - Para os fins de publicidade e transparência ativa sobre as contratações da Seccional, adota-se o entendimento do Parecer n. 00295/2020/CONJUR-CGU/CGU/AGU ([Parecer 295/2020 - CONJUR - CGU - AGU](#)), segundo o qual tratamento de dados na contratação de microempreendedor individual (MEI) contempla a divulgação de nome da pessoa física e do CPF, por serem dados que compõem, obrigatoriamente, a identificação empresarial.

4 - É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

5 - Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

6 - Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses

previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

7 - A atuação do TRF6 em relação aos dados pessoais dos contratados será regida pela Política de Proteção de Dados Pessoais - PPDP da Justiça Federal da 1ª Região, nos termos da Resolução PRESI 49/2021 ([Resolução Presi 49/2021 - Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais na Primeira Região](#)), notadamente pelos Art. 3º, 10, 11, 13 e 17, sem prejuízo da transparência ativa imposta pela legislação vigente.

XIII - VALOR DA CONTRATAÇÃO

- Valor unitário das inscrições: R\$ 1.445,50 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)

- Valor total da contratação: R\$ 20.237,00 (vinte mil duzentos e trinta e sete reais)

XIV - NOTA DE EMPENHO

Deverá ser expedida Nota de Empenho em nome de HEXAGON ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTAO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - CNPJ: 07.305.943/0001-71, tendo em vista se tratar de evento exclusivo de acordo com a Declaração de Exclusividade constante na proposta (id. 0365082), no valor **de R\$ 20.237,00 (vinte mil duzentos e trinta e sete reais), para o tomador de serviço TRF6**, conforme proposta id. 0365082.

Além de se tratar de evento exclusivo, deve-se registrar também o currículo do palestrante (ID 0365082), que demonstra notório saber sobre o tema a ser abordado, o que pode garantir que o treinamento ocorra com excelente potencial de aprendizagem e absorção do conteúdo ministrado.

Observa-se que o valor da inscrição está inferior ou igual ao cobrado de outras Instituições Públicas para cursos de mesma ou similar carga horária, conforme comprovado pelos documentos apresentados (IDs. 0365105, 0365110 e 0365110).

XV - PAGAMENTO

O pagamento da Nota de Empenho deverá ser realizado após a finalização do curso e apresentação da nota fiscal, nos termos da Lei.

À superior deliberação.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2023.

(assinado digitalmente)

Ciente e de acordo.

Subsecretaria de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores/SUDAS
(assinatura digital)

Despacho

Autorizo o projeto apresentado acima.

Encaminhe-se à SecOF para providências.

Secretaria de Gestão de Pessoas/SECGP
(assinado digitalmente)



Documento assinado eletronicamente por **Renata Comelli Pinto Botelho Araujo, Supervisor(a) de Seção**, em 06/07/2023, às 18:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Lucia Pimenta, Diretor(a) de Secretaria em exercício**, em 06/07/2023, às 19:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Silva Rego, Diretor(a) de Secretaria**, em 10/07/2023, às 11:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0380609** e o código CRC **EED1CC4C**.